



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

---

## LEI Nº 535 /2016

*Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Laguna Carapã (MS), para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.*

**ITAMAR BILIBIO**, Prefeito do Município de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Laguna Carapã 38.100.000,00 (Trinta e Oito Milhões e Cem Mil Reais), para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I- O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

II- O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**Art. 2º** O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa no valor total consolidado de 38.100.000,00 (Trinta e Oito Milhões e Cem Mil Reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 25.340.290,52 (Vinte e Cinco Milhões, Trezentos e Quarenta Mil, Duzentos e Noventa Reais e Cinquenta e Dois) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 12.759.709,48 (Doze Milhões, Setecentos e Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Nove Reais e Quarenta e Oito Centavos).

**Art. 3º** A Receita Orçamentária decorrerá da arrecadação de tributos, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente, de conformidade com a Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO) e separada por fontes de recursos, obedecendo a Portaria TC/MS nº 69/2013 do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – TC/MS e a Instrução Normativa nº 35 do TCE/MS e alterações posteriores demonstradas nos quadros que acompanham esta Lei.

Parágrafo único- Se houver alteração nas normas legais quanto às fontes ou classificação de fontes, fica autorizado o remanejamento das fontes e suas despesas, através de suplementação.

**Art. 4º** A receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observado o seguinte desdobramento:





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

RECEITA	Valor em R\$	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$</b>	<b>39.615.007,34</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	2.362.789,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	336.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$	762.289,89
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	600.290,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	<b>35.331.094,14</b>
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	222.543,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$</b>	<b>3.207.686,72</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$	3.207.686,72
<b>DEDUÇÕES DE RECEITAS</b>	<b>R\$</b>	<b>- 4.722.694,06</b>
DEDUÇÕES	R\$	- 4.722.694,06
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>38.100.000,00</b>

Parágrafo único - Durante o exercício financeiro de 2017 a receita poderá ser alterada de acordo com a necessidade de adequá-la à sua efetiva arrecadação.

**Art. 5º.** O Orçamento para o exercício de 2017, por ser uno, conforme consagra a legislação, inclui todas as receitas arrecadadas pelo Município, a qualquer título, inclusive as que se destinam aos diversos Fundos, Fundações e Autarquias e, também, todas as despesas fixadas para a Administração Direta, Indireta e de cada Fundo, Fundação e Autarquia, vinculadas a um órgão, na condição de Unidade Orçamentária.

**Art. 6º.** Os Gestores e Ordenadores de Despesas dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades que integram o Orçamento Geral do Município, deverão, para efeito de execução orçamentária, adotar, cada um, o Quadro Demonstrativo da Receita e o Plano de Aplicação dessas Unidades que acompanham, como anexo, a presente lei, conforme preceitua o inciso I, § 2º do art. 2º da Lei nº. 4.320/64, no que couber a cada Unidade de Execução Orçamentária.

**Art. 7º.** A Mesa da Câmara os Gestores e Ordenadores dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades, encaminharão ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente, os Balancetes Mensais, para fins de incorporação e consolidação ao sistema central de contabilidade, com vistas ao atendimento do que dispõe os artigos 50 e 52 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 8º.** A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÁ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA TOTAL R\$
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	
Câmara Municipal	R\$ 1.810.000,00
<b>PODER EXECUTIVO</b>	
Gabinete do Prefeito	R\$ 736.500,00
Procuradoria Jurídica	R\$ 110.000,00
Assessoria de Comunicação Social	R\$ 52.200,00
Controle Interno	R\$ 4.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	R\$ 2.326.929,41
Secretaria Municipal de Administração	R\$ 788.617,14
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	R\$ 9.951.698,95
Secretaria Municipal de Esportes	R\$ 482.100,00
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 8.750.208,48
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	R\$ 4.009.501,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Ind. Com. e Turismo	R\$ 1.964.791,42
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	R\$ 6.182.453,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R\$ 751.000,00
<b>ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	
Reserva de Contingência	R\$ 180.000,00
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>R\$ 38.100.000,00</b>

**Art. 9º.** O Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº. 4.320/64 fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, observado as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, utilizando os recursos previstos no § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, podendo para tanto suplementar ou anular dotações entre as diversas fontes de receitas e diversas unidade orçamentárias, fundos ou fundações.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÁ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único – Se houver excesso de arrecadação em qualquer das fontes de recursos, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite do excesso evidenciado em qualquer, programa, projetos ou atividades, considerando a tendência de arrecadação do exercício nos Fundos, Fundações, Autarquias e Órgãos, considerando os excessos por fontes de receita.

**Art. 10.** Dentro do limite previsto no artigo anterior, fica autorizada a abertura de créditos adicionais especiais para a criação de programas, projetos/atividades e elementos de despesa que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 40, 41, 42 e 43 e seus parágrafos e incisos, constantes da Lei Federal 4.320/64, podendo a Administração Municipal remanejar as dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receita prevista nesta Lei Orçamentária.

§ 1º Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa.

§ 2º Excluem-se do limite estabelecido no artigo anterior desta Lei Orçamentária, para a abertura de créditos adicionais para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações visando o atendimento à ocorrência das seguintes situações:

I – insuficiência de dotação dentro de um mesmo grupo de despesa, em conformidade com os grupos especificados na LDO;

II – insuficiência de dotação no grupo de despesas 1- Pessoal e Encargos Sociais;

III – insuficiência de dotação nos grupos de despesas 2- Juros e Encargos da Dívida e grupo de despesa 6- Amortização da Dívida;

IV – suplementações para atender despesas com o pagamento das Dívidas e Precatórios Judiciais.

V – suplementações que se utilizem dos valores apurados conforme estabelece nos incisos I e II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

VI - suplementações destinadas a atender alterações nas fontes de receita por força de novas normas legais.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÁ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

VII – suplementações para remanejamento dos saldos orçamentários apurados nas unidades que serão criadas, extintas, fusionadas ou incorporadas, para implementação das disposições das leis que alterarão a estrutura administrativa da prefeitura municipal.

VIII – SUPRIMIDO.

IX – SUPRIMIDO.

X - para atender insuficiência de dotação dentro do mesmo grupo de fontes de recursos.

XI- créditos adicionais destinados a adequar alterações ocorridas na estrutura organizacional da administração municipal, com a criação, fusão, extinção ou remanejamento de órgãos ou unidade orçamentária.

Art. 11. Fica o Poder Executivo na execução orçamentária autorizado a:

I- tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;

II- proceder a centralização parcial ou total de dotações da administração municipal;

III- Com autorização Legislativa firmar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e a promover a concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuição à organização da sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inclusive cooperativas sociais e organizações religiosas, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação, obedecendo ao interesse e conveniência do Município e com as entidades constantes no Anexo I desta Lei;

IV- firmar termos de colaboração e de fomento precedidos de chamamento público nos termos em que dispõe a lei 13.019/2014 e alterações posteriores e que será considerado dispensado se a entidade beneficiária for identificada nominalmente em lei orçamentária ou for autorizada em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária nas transferências de recursos a título de subvenção;

V- firmar termos de colaboração ou de fomento com as organizações sociais, sem fins lucrativos nominadas nos anexos a esta lei, para transferência de recursos destinados à





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

execução de atividades ou projetos de interesse e competência do município nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras, com as entidades sem fins lucrativos, através processo de inexigibilidade de chamamento público;

VI- firmar termo de contribuição com entidades sem fins lucrativo, enquadradas ou não na Lei 13.019/2014, para repasse de contribuições, como despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e que não seja reembolsável pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito privado ou público, que desenvolvam atividades de interesse da população local, nas áreas de esporte, lazer, cultura, desenvolvimento social e econômico, entre outras áreas;

VII- Os termos de colaboração ou de fomento que envolva recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público;

VIII- Serão dispensados de chamamento público os termos de colaboração ou de fomento no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 dias e nos casos de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política e em casos de calamidade pública e quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, nos termos da Lei nº 13 019/2014;

IX- SUPRIMIDO;

X- registrar por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, as variação de dotações orçamentárias, as suplementações de dotações orçamentárias, alteração de fontes de recursos que não caracterizam alteração do contrato.

XI- Nas prestações de contas de convênios, termo de colaboração, de fomento ou contribuição, os valores não aplicados e inferiores a R\$ 10 (dez reais) não necessitam ser restituídos aos cofres públicos, ficando vedada a utilização de documento de restituição de Receitas de origens de convênios, termos de colaboração, de fomento ou contribuição para devolução, restituição ou ressarcimento.

**Art. 12.** Após a aprovação da proposta de Lei Orçamentária, o Poder Executivo Municipal tem até o dia 31 de janeiro de 2017 para enviar à Câmara Municipal, cópia completa dos Quadros de Detalhamento das Despesas e do Orçamento Anual, devidamente corrigido e adequado com as alterações e modificações que porventura sejam aprovadas pelo Legislativo.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

**Art. 13.** Ficam aprovados os Quadros Demonstrativos da Receita e Plano de Aplicação para o Exercício de 2017 dos seguintes Fundos, Fundações e Autarquias, que acompanham a presente Lei e seus anexos.

<b>Administração Indireta</b>	<b>Receita Total R\$</b>
Fundo Municipal de Saúde - FMS	R\$ 8.750.208,48
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	R\$ 1.359.001,00
Fundo Municipal de Investimento Social - FMIS	R\$ 306.500,00
Fundo Municipal da Criança e Adolescente	R\$ 90.000,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	R\$ 226.000,00
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	R\$ 5.629.100,00

**Art. 14.** Em cumprimento ao Artigo 29-A da Constituição Federal, o Executivo Municipal se obriga a suplementar ou deduzir o Orçamento Geral da Câmara Municipal de Laguna Carapã, em até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício de 2016, tendo por base a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2016, correspondente a 7% (sete por cento) previsto na Constituição Federal.

**Art. 15.** Constará nesta Lei, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101/2000, a previsão de uma reserva de contingência no valor de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 16.** Fica o Poder Executivo autorizado a atualizado automaticamente o Plano Plurianual vigente para o período de 2014 a 2017, de acordo com os anexos desta lei.

**Art. 17.** Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Laguna Carapã, 14 de dezembro de 2016

TAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ**  
"Terra do Pé de Soja Solteiro"  
Gabinete do Prefeito

**ANEXO I DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 11, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.**

Organizações sociais, sem fins lucrativos, nominados para transferência de recursos destinados à execução de atividade ou projetos de interesse e competência do Município nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras, com as entidades sem fins lucrativos, através de processo de inexigibilidade de chamamento público, e também mediante prévia autorização Legislativa.

CNPJ	NOME
07.192.111/0001-96	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
14.777.630/0001-81	FEAS – Fundo Estadual da Assistência Social
01.997.428/0001-13	Igreja Assembleia de Deus Missões
02.059.851/0001-35	Associação dos Produtores de Leite
07.179.218/0001-02	Rotary Club Laguna Carapã
17.639.769/0001-57	CTG – Centro Tradicional Gaúcho
15.039.645/0001-05	Associação Colônia Paraguaia de Laguna Carapã
20.645.402/0001-05	Associação Comercial
13.280.464/0001-40	Coop. De Habitação da Agric. Familiar COOPHAF
07.426.317/0001-33	Clube Esportivo Recreativo 1º de Maio de Laguna Carapã
01.998.194/0001-29	Clube do Laço Aimoré de Oliveira Lima
07.564.337/0003-32	Igreja Evangélica Missões Brasa Viva
03.063.586/0041-91	Paróquia Cristo Rei
	Igreja Avivamento
	Associação dos Moradores do Bom Fim
03.617.925/0010-65	Igreja Cristã do Brasil
12.183.536/0001-79	Associação São Francisco
33.089.558/0001-44	ACPD
04.856.567/0001-15	Afonso Barbosa
07.925.420/0001-28	CONERQ/MS
01.989.433/0001-84	Clube de Mães Dona Judith dos Reis Espindola





**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÁ**

**GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIA  
LEI Nº 535 /2016 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÁ (MS), PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2017**

**LEI Nº 535 /2016**

*Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Laguna Carapá (MS), para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.*

**ITAMAR BILIBIO**, Prefeito do Município de Laguna Carapá, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Laguna Carapá 38.100.000,00 (Trinta e Oito Milhões e Cem Mil Reais), para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I- O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

II- O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**Art. 2º** O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa no valor total consolidado de 38.100.000,00 (Trinta e Oito Milhões e Cem Mil Reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 25.340.290,52 (Vinte e Cinco Milhões, Trezentos e Quarenta Mil, Duzentos e Noventa Reais e Cinquenta e Dois) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 12.759.709,48 (Doze Milhões, Setecentos e Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Nove Reais e Quarenta e Oito Centavos).

**Art. 3º** A Receita Orçamentária decorrerá da arrecadação de tributos, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente, de conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e separada por fontes de recursos, obedecendo a Portaria TC/MS nº 69/2013 do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – TC/MS e a Instrução Normativa nº 35 do TCE/MS e alterações posteriores demonstradas nos quadros que acompanham esta Lei.

Parágrafo único- Se houver alteração nas normas legais quanto às fontes ou classificação de fontes, fica autorizado o remanejamento das fontes e suas despesas, através de suplementação.

**Art. 4º** A receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observado o seguinte desdobramento:

RECEITA	Valor em R\$
RECEITAS CORRENTES	R\$ 19.615.007,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 2.043.789,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 116.600,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 262.293,89
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 604.280,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 35.331.094,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 222.543,60
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 3.207.686,72
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 3.207.686,72
DEDUÇÕES DE RECEITAS	R\$ - 4.722.694,06
DEDUÇÕES	R\$ - 4.722.694,06
RECEITA TOTAL	R\$ 38.100.000,00

Parágrafo único - Durante o exercício financeiro de 2017 a receita poderá ser alterada de acordo com a necessidade de adequá-la à sua efetiva arrecadação.

**Art. 5º.** O Orçamento para o exercício de 2017, por ser ano, conforme consagra a legislação, inclui todas as receitas arrecadadas pelo Município, a qualquer título, inclusive as que se destinam aos diversos Fundos, Fundações e Autarquias e, também, todas as despesas fixadas para a Administração Direta, Indireta e de cada Fundo, Fundação e Autarquia, vinculadas a um órgão, na condição de Unidade Orçamentária.

**Art. 6º.** Os Gestores e Ordenadores de Despesas dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades que integram o Orçamento Geral do Município, deverão, para efeito de execução orçamentária, adotar, cada um, o Quadro Demonstrativo da Receita e o Plano de Aplicação dessas Unidades que acompanham, como anexo, a presente lei, conforme preceito do inciso I, § 2º do art. 2º da Lei nº. 4.320/64, no que couber a cada Unidade de Execução Orçamentária.

**Art. 7º.** A Mesa da Câmara os Gestores e Ordenadores dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos e Unidades, encaminharão ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente, os Balancetes Mensais, para fins de incorporação e consolidação ao sistema central de contabilidade, com vistas ao atendimento do que dispõe os artigos 50 e 52 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 8º.** A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA TOTAL R\$
PODER LEGISLATIVO	
Câmara Municipal	R\$ 1.870.000,00
PODER EXECUTIVO	

Gabonete do Prefeito	R\$ 736.599,00
Procuradoria Jurídica	R\$ 310.000,00
Assessoria de Comunicação Social	R\$ 52.299,60
Controladoria Geral	R\$ 4.066,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	R\$ 2.229.294,41
Secretaria Municipal de Administração	R\$ 738.617,14
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	R\$ 9.951.696,95
Secretaria Municipal de Esportes	R\$ 482.100,00
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 8.791.205,48
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	R\$ 4.669.501,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Ind. Com. e Turismo	R\$ 1.964.791,32
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	R\$ 6.182.453,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R\$ 751.600,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Reserva de Contingência	R\$ 130.000,00
DESPESA TOTAL	R\$ 38.000.000,00

**Art. 9º.** O Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº. 4.320/64 fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, observado as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, utilizando os recursos previstos no § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, podendo para tanto suplementar ou anular dotações entre as diversas fontes de receitas e diversas unidades orçamentárias, fundos ou fundações.

Parágrafo único – Se houver excesso de arrecadação em qualquer das fontes de recursos, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite do excesso evidenciado em qualquer, programa, projetos ou atividades, considerando a tendência de arrecadação do exercício nos Fundos, Fundações, Autarquias e Órgãos, considerando os excessos por fontes de receita.

**Art. 10.** Dentro do limite previsto no artigo anterior, fica autorizada a abertura de créditos adicionais especiais para a criação de programas, projetos/atividades e elementos de despesa que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 40, 41, 42 e 43 e seus parágrafos e incisos, constantes da Lei Federal 4.320/64, podendo a Administração Municipal remanejar as dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receita prevista nesta Lei Orçamentária.

§ 1º Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa.

§ 2º Excluem-se do limite estabelecido no artigo anterior desta Lei Orçamentária, para a abertura de créditos adicionais para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações visando o atendimento à ocorrência das seguintes situações:

I - insuficiência de dotação dentro de um mesmo grupo de despesa, em conformidade com os grupos especificados na LDO;

II - insuficiência de dotação no grupo de despesas 1- Pessoal e Encargos Sociais;

III - insuficiência de dotação nos grupos de despesas 2- Juros e Encargos da Dívida e grupo de despesa 6- Amortização da Dívida;

IV - suplementações para atender despesas com o pagamento das Dívidas e Precatórias Judiciais;

V - suplementações que se utilizem dos valores apurados conforme estabelece nos incisos I e II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

VI - suplementações destinadas a atender alterações nas fontes de receita por força de novas normas legais.

VII - suplementações para remanejamento dos saldos orçamentários apurados nas unidades que serão criadas, extintas, fusionadas ou incorporadas, para implementação das disposições das leis que alteram a estrutura administrativa da prefeitura municipal.

VIII - SUPRIMIDO.

IX - SUPRIMIDO.

X - para atender insuficiência de dotação dentro do mesmo grupo de fontes de recursos.

XI - créditos adicionais destinados a adequar alterações ocorridas na estrutura organizacional da administração municipal, com a criação, fusão, extinção ou remanejamento de órgãos ou unidade orçamentária.

**Art. 11.** Fica o Poder Executivo na execução orçamentária autorizado a:

I- tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;

II- proceder a centralização parcial ou total de dotações da administração municipal;

III- Com autorização Legislativa firmar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e a promover a concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuição à organização da sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inclusive cooperativas sociais e organizações religiosas, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação, obedecendo ao interesse e conveniência do Município e com as entidades constantes no Anexo I desta Lei;

IV- firmar termos de colaboração e de fomento precedidos de chamamento público nos termos em que dispõe a lei 13.019/2014 e alterações posteriores e que será considerado dispensado se a entidade beneficiária for identificada nominalmente em lei orçamentária ou for autorizada em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária nas transferências de recursos a título de subvenção;

V- firmar termos de colaboração ou de fomento com as organizações sociais, sem fins lucrativos nominadas nos anexos a esta lei, para transferência de recursos destinados à execução de atividades ou projetos de interesse e competência do município nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras.

com as entidades sem fins lucrativos, através processo de inexigibilidade de chamamento público;

VI- Assinar termo de contribuição com entidades sem fins lucrativo, enquadradas ou não na Lei 13.019/2014, para repasse de contribuições, como despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e que não seja reembolsável pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito privado ou público, que desenvolvam atividades de interesse da população local, nas áreas de esporte, lazer, cultura, desenvolvimento social e econômico, entre outras áreas;

VII- Os termos de colaboração ou de fomento que envolva recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público;

VIII- Serão dispensados de chamamento público os termos de colaboração ou de fomento no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 dias e nos casos de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política e em casos de calamidade pública e quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, nos termos da Lei nº 13.019/2014;

#### IX- SUPRIMIDO:

X- registrar por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, as variação de dotações orçamentárias, as suplementações de dotações orçamentárias, alteração de fontes de recursos que não caracterizam alteração do contrato.

XI- Nas prestações de contax de convênios, termo de colaboração, de fomento ou contribuição, os valores não aplicados e inferiores a R\$ 10 (dez reais) não necessitam ser restituídos aos cofres públicos, ficando vedada a utilização de documento de restituição de Receitas de origens de convênios, termos de colaboração, de fomento ou contribuição para devolução, restituição ou ressarcimento.

**Art. 12.** Após a aprovação da proposta de Lei Orçamentária, o Poder Executivo Municipal tem até o dia 31 de janeiro de 2017 para enviar à Câmara Municipal, cópia completa dos Quadros de Detalhamento das Despesas e do Orçamento Anual, devidamente corrigido e adequado com as alterações e modificações que porventura sejam aprovadas pelo Legislativo.

**Art. 13.** Ficam aprovados os Quadros Demonstrativos da Receita e Plano de Aplicação para o Exercício de 2017 dos seguintes Fundos, Fundações e Autarquias, que acompanham a presente Lei e seus anexos.

Administração Indireta	Receita Total R\$
Fundo Municipal de Saúde - FMS	R\$ 5.750.706,49
Fundo Municipal de Assistência Social - FMCAS	R\$ 1.359.001,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento Social - FMDSS	R\$ 506.809,00
Fundo Municipal de Criança e Adolescente	R\$ 90.000,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	R\$ 220.000,00
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	R\$ 5.629.100,00

**Art. 14.** Em cumprimento ao Artigo 29-A da Constituição Federal, a Executivo Municipal se obriga a suplementar ou deduzir o Orçamento Geral da Câmara Municipal de Laguna Carapá, em até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício de 2016, tendo por base a receita efetivamente arrecadada no exercício financeiro de 2016, correspondente a 7% (sete por cento) previsto na Constituição Federal.

**Art. 15.** Constará nesta Lei, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101/2000, a previsão de uma reserva de contingência no valor de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 16.** Fica o Poder Executivo autorizado a atualizado automaticamente o Plano Plurianual vigente para o período de 2014 a 2017, de acordo com os anexos desta lei.

**Art. 17.** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Laguna Carapá, 14 de dezembro de 2016

#### ITAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal

#### ANEXO I DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 11, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Organizações sociais, sem fins lucrativos, nominadas para transferência de recursos destinados à execução de atividade ou projetos de interesse e competência do Município nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras, com as entidades sem fins lucrativos, através de processo de inexigibilidade de chamamento público, e também mediante prévia autorização Legislativa.

CNPJ	Nome
07.192.110/0001-96	Associação de Pais e Amigos das Exceções - APAL
14.777.639/0001-81	FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social
06.997.225/0001-13	Igreja Assembleia de Deus Mission
02.069.851/0001-35	Associação dos Produtores de Cereais
07.170.218/0001-03	Rafael Club Laguna Carapá
13.639.707/0001-53	CEC - Centro Tradicional Coelho
13.030.047/0001-03	Associação Colônia Pastoral de Laguna Carapá
20.645.303/0001-05	Associação Comercial
13.230.464/0001-89	Grup. Un. Habitação da Agric. Familiar GOBIFAF
07.426.317/0001-23	Clube Esportivo Recreativo 1 de Maio de Laguna Carapá
01.995.193/0001-39	Clube de Futebol Associação de Futebol Ltda
07.764.327/0001-32	Igreja Evangélica Missionária Brasileira

03.053.396.0001-04	Paróquia Cristo Rei
	Escola Acarizento
	Associação das Mães do Bom Fim
05.017.425.0001-05	Igreja Cristo do Brasil
02.053.236.0001-74	Associação São Francisco
33.089.555.0001-44	ACIPD
04.856.367.0001-15	Alunos Imboca
07.925.420.0001-28	CGM- RQ MS
01.989.433.0001-51	Centro de Mães Dona Judite dos Reis Espindola

Publicada por:  
Simone Burin

Código Identificador:39EDCA23

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul no dia 19/12/2016. Edição 1746  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/assomasul/>